

## ENTREVISTA com Maria José Fontelas Rosado Nunes\*

por Sandra Duarte de Souza\*\*

Por dez anos a professora Maria José, a "Zeca", foi professora na Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp – e dedicou-se à coordenação do Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina – Netmal. Quando chegou à Umesp, o Netmal, que havia sido criado pelas alunas da Pós-Graduação em Ciências da Religião, já existia e, juntas, todas trabalharam pelo que viria a ser um centro de referência para os estudos de gênero e religião na América Latina. Atualmente, além de trabalhar na Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP, Zeca coordena a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (CDD – Brasil).

Nessa entrevista, a professora Zeca conversa conosco sobre a importância dos estudos feministas no Brasil, sobre a necessidade de se tomar a religião como objeto dos estudos de gênero e sobre os dez anos de Mandrágora.

**Mandrágora:** Apesar de recente na academia brasileira, a área de Estudos Feministas tem se estabelecido como uma importante área de pesquisa. Além do oferecimento contínuo de disciplinas específicas sobre o tema, tem se produzido importantes publicações como a Revista Estudos Femi-

nistas e os Cadernos Pagu e inumeráveis livros que se dedicam à discussão de temáticas feministas variadas. Como você avalia essa presença dos estudos feministas na academia?

**Zeca:** Podemos talvez juntar esta pergunta com a penúltima.

**Mandrágora:** Várias estudiosas feministas, entre elas você, estão se dedicando à discussão de um objeto bastante polêmico: a religião. Analisar as influências de um sistema simbólico religioso qualquer que seja sobre as relações sociais de sexo é lidar com complexas tramas de poder. De que maneira a categoria gênero desafia os estudos sobre religião?

**Zeca:** Os estudos que abordam as religiões utilizando-se do gênero, mostram o quanto as religiões são conformadas pelas relações sociais de sexo. Isto quer dizer que compreendemos de maneira distinta os fenômenos religiosos, quando consideramos as questões de raça, de classe e de gênero como intrínsecas à análise. Não se trata, portanto, de se escolher tomar em conta as diferenças colocadas pelas desigualdades de gênero. Trata-se de que a compreensão e a explicação do real exigem que se tomem conta esses aspectos, sob pena de se ter uma explicação truncada, e até mesmo equivocada do fenômeno estudado. Para mim, um exemplo claro disso se dá na análise do catolicismo. Não se pode entender essa religião e seu funcionamento real, se não se considera que seus ministros são apenas homens e celibatários. Esse dado é parte inarredável das explicações que se possam dar de como essa religião funciona. Ou, como diz Mary Hunt, para entender os sacramentos é preciso saber que eles são em número de sete para os homens e de seis para as mulheres, uma vez que a Ordem só é outorgada aos homens. Portanto, não se pode dizer simplesmente que há sete sacramentos no Catolicismo. Há ainda, o fato de a maior parte do conjunto de fiéis religiosos serem mulheres. Ignorar esse dado, ou simplesmente deixá-lo à margem, como se isso não alterasse a explicação das relações, por exemplo, entre reli-

\* Doutora em Sociologia, professora da Pontifícia Universidade Católica e coordenadora de Católicas pelo Direito de Decidir/Brasil.

\*\* Doutora em Ciências da Religião, professora de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo – Umesp e uma das coordenadoras do Netmal – Núcleo de estudos Teológicos da Mulher na América Latina).

gião e Estado, é um erro teórico e metodológico. Porque altera o conhecimento possível das religiões, em sua realização histórica. O mesmo vale para o caso de ignorar a incidência das relações raciais e das relações de classe sobre as configurações possíveis do real. Uma vez, um mestrando, na PUC, fazia uma pesquisa sobre um santuário católico, objeto de romarias. Ele propunha, logo no título – “os romeiros” – inviabilizando o fato de que, na verdade se tratava de “romeiras”. A desconsideração desse dado sociológico alterava proposições importantes na análise. Por exemplo, o fato de que o conteúdo das orações das mulheres é distinto do dos homens; o tempo possível de permanência no santuário é recortado pela necessidade de voltar para fazer a comida – ou pela necessidade de organizar esse trabalho antes de sair de casa, de cuidar dos filhos e das filhas etc. etc. Portanto, tomar em consideração as desigualdades de gênero interfere no conhecimento. Tudo isso, muito rapidamente, para mostrar o quanto e como práticas e discursos religiosos são atravessados pelas relações sociais estabelecidas entre os sexos.

**Mandrágora:** Por que o “olhar feminista” sobre instituições e movimentos religiosos causa tanto incômodo a essas mesmas instituições e movimentos?

**Zeca:** Porque põe a nu relações de poder que, de outro modo, ficam se não totalmente, pelo menos parcialmente ocultadas. É o que acontece, por exemplo, quando se acentua a “participação” das mulheres nos espaços religiosos, para dizer que as coisas mudaram. Na verdade, é preciso interrogar essa participação: de que modo ela se dá; quem controla a decisão sobre as suas formas, suas possibilidades e quem define seus limites; i. e., até onde as mulheres podem “participar” nesse espaço sagrado dominado pelos homens. Denise Veillette, uma cientista social canadense, intitula um artigo seu: “Apropriação masculina do sagrado”. Grande parte das religiões conhecidas, no Ocidente como no Oriente, tem

seus discursos e suas práticas, suas normas internas definidas por um corpo de especialistas homens, em sua grande maioria. Isso é o que se pode caracterizar como “apropriação masculina do sagrado”. Voltando à participação, é preciso perguntar pelas formas dessa participação porque, historicamente, as mulheres acabam participando de projetos que elas não gestaram e sobre o qual elas não têm controle. O caso das mulheres das comunidades de base católicas, no Brasil, – das freiras, especialmente, e também das lideranças leigas, mulheres e homens nesse caso – é exemplar nesse sentido. Também a discussão sobre o aborto. Se as mulheres tomassem as decisões no interior das instituições religiosas, duvido muito de que suas prescrições em torno do aborto fossem as mesmas. O que não quer dizer, de forma nenhuma, que todas as mulheres são favoráveis à autonomia de decisão nesse campo. Mas a realidade seria outra. Como diz um antigo cartaz feminista: “Se os homens engravidassem, o aborto seria um sacramento”. Mas não quero dizer com isso, que as religiões são pura negatividade para as mulheres. Elas são ambíguas, contraditórias. E é preciso uma análise consistente para perceber seus efeitos concretos sobre a vida das mulheres. O olhar feminista desvenda esses processos, essa dinâmica e por isso é um olhar incômodo para as instituições.

**Mandrágora:** O Netmal e a revista Mandrágora traduzem a necessidade do entrecruzamento de gênero e religião. Você coordenou o Netmal por dez anos e participou do processo de criação, produção e distribuição da Mandrágora desde o seu primeiro número. Qual a contribuição desses dez anos de Mandrágora para os Estudos Feministas no Brasil?

**Zeca:** Penso que a Mandrágora tem um público importante entre as mulheres vinculadas às igrejas, ou aderentes de algum tipo de fé religiosa. Ela é uma referência de peso em outros países da América Latina, no campo dos estudos feministas de religião. Creio, no entanto, que a

Mandrágora ainda atinge um público muito interno às mesmas religiões. Não vejo a revista citada, tomada como referência em artigos feministas, fora do campo da Teologia. Esse é um desafio, uma barreira a ser vencida. As explicações para essa espécie de separação sagrado/profano, que se instaura no campo dos estudos feministas, podem ser muitas. Uma delas, no caso do Brasil, está no fato de que os estudos acadêmicos querem se demarcar dos estudos de religião, como se esse fosse sempre um campo contaminado pela adesão religiosa, de fé. Em parte, é verdade. Do lado dos estudos feministas de religião, por outro lado, há um acento muito forte no discurso teológico, bíblico e na crítica institucional, que, muitas vezes, não dialoga com os desenvolvimentos do pensamento feminista. Um exemplo disso é o dossiê publicado na Revista de Estudos Feministas (vol. 11, nº 1/2003), sobre publicações feministas brasileiras. Mandrágora não consta desse dossiê. Penso que esse é um desafio real: estabelecer uma comunicação fluida com outros campos do saber, para além das Ciências da Religião e da Teologia.

**Mandrágora:** Mandrágora trabalha, numa linguagem acessível, temas de ponta como: “religião, direitos reprodutivos e aborto” (nº 1); “estudos feministas e cristianismo” (nº 2); “gênero, cultura e religião” (nº 3); “direitos reprodutivos, religião e ética” (nº 4); “religião e homossexualidade” (nº 5); “ecofeminismo: tendências e debates” (nº 6); “história, gênero e religião” e “gênero, religião e violência” (nº 7/8). Evidentemente tais temas deveriam ser de interesse geral, não se destinando apenas ao público feminino, porém, nossas leitoras são quase que exclusivamente mulheres. O mesmo ocorre com outras publicações na área dos Estudos Feministas. Como lidar com a mentalidade de que estudos de gênero ou estudos feministas são “coisa de mulher”?

**Zeca:** Essa é uma luta difícil. Creio que uma mudança significativa nesse sentido será resultado de um longo processo de amadurecimento,

acadêmico e político-social. Tem-se que alcançar a compreensão de que todas as questões dizem respeito a mulheres e homens; todas as questões têm cor e classe social. Se a gente percorre os currículos dos diversos cursos nas Universidades, as questões de gênero só serão parte deles se houver aí uma professora feminista. O mesmo se pode dizer em relação às questões de raça. Míriam Aldeman fala sobre isso nesse mesmo nº da REF que referi acima. Há uma ausência considerável de bibliografia feminista nos currículos e em publicações que não sejam especificamente feministas. É incrível como a ignorância da vasta produção feminista, em todos os campos, continua. Falei disso a quase vinte anos atrás, numa entrevista que dei para a Elza Tamez e ela publicou no livro: “As vinte mulheres tomam a palavra”. É impressionante que, em um campo como o da Teologia, em que a produção das teólogas já constitui um acervo suficiente para caracterizar um campo, por assim dizer – o da Teologia Feminista – extremamente profícuo, original e criativo, os teólogos possam continuar ignorando essa produção. No máximo, ela será objeto de um capítulo “específico”. Há ainda muito preconceito em relação à produção feminista.

**Mandrágora:** Quais os desafios que ainda se colocam para as publicações sobre gênero e religião?

**Zeca:** Creio que o maior desafio é essa conquista de um público mais amplo do que as feministas. Há também desafios temáticos. Novos eixos de reflexão devem ser contemplados. E a produção intelectual – venha da academia ou dos movimentos sociais – é enorme, diversa e rica, desafiando nossa capacidade de assimilar criticamente tudo isso. No caso específico do Brasil, creio que há também um desafio no campo da metodologia da pesquisa. Não me lembro de uma discussão assim, nem na Pagu, nem na REF ou na Mandrágora.